

Política de Privacidade e Proteção de Dados

Pessoais

A CélulaBónus - Centro de Estudos Neurofisiológicos, Lda., tem um firme compromisso com a privacidade e com os direitos dos titulares dos dados pessoais, atuando de acordo com as disposições constantes do Regulamento Geral Europeu sobre a Proteção de Dados Pessoais (RGPD)¹ e demais legislação aplicável, nomeadamente a Lei de Informação Genética Pessoal e Informação de Saúde².

A disponibilização dos seus dados pessoais implica o conhecimento e aceitação das condições constantes desta Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais.

Com esta Política, pretendemos dar-lhe resposta para as seguintes questões:

1. Quem somos? Quem é o responsável pelo tratamento dos dados pessoais?
2. Quais os dados pessoais que a CélulaBónus trata, a quem respeitam e como são recolhidos?
3. Com que finalidades e com que fundamento jurídico a CélulaBónus trata os dados pessoais?
4. Quais os prazos pelos quais conservamos os dados pessoais?
5. A quem é que a CélulaBónus transmite os dados pessoais?
6. Os dados pessoais estão seguros?
7. Que direitos tem enquanto titular dos dados pessoais?
8. Como pode exercer os seus direitos? Como nos pode contactar?
9. Como pode ficar atualizado quanto à política de tratamento dos dados pessoais?

1. Quem somos? Quem é o responsável pelo tratamento dos dados pessoais?

A **MediBrain** – Clínica Médica, Neurofisiologia e Bem-Estar, é uma marca explorada e utilizada pela CélulaBónus - Centro de Estudos Neurofisiológicos, Lda.

¹ Regulamento (UE) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados.

² Lei n.º 12/2005, de 26 de janeiro, alterada pela Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto.

Os seus dados pessoais serão tratados pela CélulaBónus - Centro de Estudos Neurofisiológicos, Lda., sociedade por quotas, pessoa coletiva n.º 510372430, com sede na Rua Dr. António José Sousa Pereira, n.º 411, 4480 - 807 Vila do Conde, devidamente registada na Direção-Geral de Segurança Social, sob a inscrição n.º 25103724308, com atividade de prática médica de clínica especializada e saúde humana.

A CélulaBónus, definindo as finalidades e os meios, é a **responsável pelo tratamento dos dados pessoais** na aceção do RGPD.

2. Quais os dados pessoais que a CélulaBónus trata, a quem respeitam e como são recolhidos?

Um **dado pessoal** é qualquer informação relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável. É considerada identificável uma pessoa singular que possa ser identificada, direta ou indiretamente, em especial por referência a um identificador, como por exemplo um nome, um número de identificação, dados de localização, identificadores por via eletrónica ou a um ou mais elementos específicos da identidade física, fisiológica, genética, mental, económica, cultural ou social dessa pessoa singular.

Categorias especiais de dados pessoais são aqueles que revelem a origem racial ou étnica, as opiniões políticas, as convicções religiosas ou filosóficas, ou a filiação sindical, bem como o tratamento de **dados genéticos**, **dados biométricos** que identifiquem uma pessoa de forma inequívoca, dados relativos à vida sexual, orientação sexual de uma pessoa e, principalmente, **dados relativos à saúde**.

Dados genéticos são quaisquer dados pessoais relativos às características genéticas, hereditárias ou adquiridas, de uma pessoa singular que dão informações únicas sobre a fisiologia ou a saúde dessa pessoa singular e que resulta designadamente de uma análise de uma amostra biológica proveniente da pessoa singular em causa.

Dados relativos à saúde são quaisquer dados pessoais relacionados com a saúde física ou mental de uma pessoa singular, incluindo a prestação de serviços de saúde, que revelem informações sobre o seu estado de saúde no presente, no passado ou no futuro. O que engloba todas as informações sobre a pessoa singular recolhidas durante a inscrição para a prestação de serviços de saúde, ou durante essa prestação, incluindo:

- a) atribuição de qualquer número, símbolo ou sinal particular atribuído a uma pessoa singular para a identificar de forma inequívoca para fins de cuidados de saúde;
- b) informações obtidas a partir de análises ou exames de uma parte do corpo ou de uma substância corporal, incluindo a partir de dados genéticos e amostras biológicas; e
- c) quaisquer informações sobre, por exemplo, uma doença, deficiência, um risco de doença, historial clínico, tratamento clínico ou estado fisiológico ou biomédico do titular de dados, independentemente da sua fonte, por exemplo, um médico ou outro profissional de saúde, um hospital, um dispositivo médico ou um teste de diagnóstico *in vitro*.

A **informação de saúde** abrange todo o tipo de informação direta ou indiretamente ligada à saúde, presente, passada ou futura, de uma pessoa, quer se encontre com vida ou tenha falecido, e a sua história clínica e familiar³. A informação de saúde, incluindo os dados clínicos registados, resultados de análises e outros exames subsidiários, intervenções e diagnósticos, é propriedade da pessoa, sendo as unidades do sistema de saúde os depositários da informação, a qual não pode ser utilizada para outros fins que não os da prestação de cuidados e a investigação em saúde e outros estabelecidos pela lei⁴. A **informação médica** é a informação de saúde destinada a ser utilizada em prestações de cuidados ou tratamentos de saúde⁵.

A **informação genética** é a informação de saúde que verse as características hereditárias de uma ou de várias pessoas, aparentadas entre si ou com características comuns daquele tipo, excluindo-se desta definição a informação derivada de testes de parentesco ou estudos de zigotia em gémeos, dos estudos de identificação genética para fins criminais, bem como do estudo das mutações genéticas somáticas no cancro⁶.

O **tratamento de dados pessoais**, consiste numa operação ou num conjunto de operações efetuadas sobre dados pessoais ou sobre conjuntos de dados pessoais, por meios automatizados ou não automatizados, tais como a recolha, o registo, a organização, a estruturação, a conservação, a adaptação ou alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, a divulgação por transmissão,

³ A. 2.º da Lei n.º 12/2005, de 26 de janeiro.

⁴ A. 3.º, n.º 1 da Lei n.º 12/2005, de 26 de janeiro

⁵ A. 5.º, n.º 1 da Lei n.º 12/2005, de 26 de janeiro.

⁶ A. 6.º, n.º 1 da Lei n.º 12/2005, de 26 de janeiro.

difusão ou qualquer outra forma de disponibilização, a comparação ou interconexão, a limitação, o apagamento ou a destruição.

A CélulaBónus pode **tratar** as seguintes **categorias de dados pessoais**:

- a) **Dados de identificação** (*e.g.*, nome, data de nascimento, sexo, morada, contactos, dados do cartão de cidadão – cujo o seu fornecimento é necessário para identificação e registo do utente no sistema informático para efeitos de gestão de clientes; a título facultativo/voluntariamente podem ser fornecidos dados relativos ao passaporte, número de contribuinte, nacionalidade, entre outros);
- b) **Dados relativos à saúde dos utentes**: dados pessoais relacionados com a saúde física ou mental de uma pessoa singular, passada, presente ou futura, incluindo a prestação de serviços de saúde que revelem informações sobre o seu estado de saúde (*e.g.*, Boletim Individual de Saúde, Boletim de Vacinas, entre outros). O que inclui dados comunicados pelo próprio titular (ou pelos seus familiares, quando aquele se encontra impossibilitado de o fazer) ou retirados da observação clínica do profissional ou de exames auxiliares de diagnóstico;
- c) **Dados genéticos** (*e.g.* resultado da realização de testes genéticos por meios de biologia molecular, testes citogenéticos, bioquímicos, fisiológicos ou imagiológicos, ou da simples recolha de informação familiar, registada sob a forma de uma árvore familiar ou outra);
- d) **Dados biométricos** (*e.g.* imagens faciais ou dados dactiloscópicos);
- e) Dados sobre terceiros que estão autorizados a tomar decisões em nome dos utentes incapacitados, ou que devem ser contactados em caso de urgência;
- f) **Dados de faturação, despesas e à forma de pagamento** (o que inclui, quando aplicável, informações sobre o seu seguro ou subsistema de saúde, n.º. utente SNS);
- g) **Dados de registo de imagem e som** (*e.g.*, imagens fotográficas e de vídeo para efeitos de diagnóstico médico e tratamento clínico);
- h) **Dados relativos a educação e experiência curricular e extracurricular** (*e.g.*, educação, qualificações, certificações, línguas);
- i) **Dados profissionais** (*e.g.*, cargo, descrição da função, empresa, morada do escritório, informações do antigo empregador, fornecedores, prestadores de serviços externos);
- j) **Dados de atividade laboral** (*e.g.*, atividades de negócio, informações relativas a processos e dossiers de trabalhadores, informações relativas a gestão de recursos humanos).

São **titulares de dados pessoais** as pessoas singulares a quem os dados respeitam. As categorias de dados pessoais acima indicadas podem pertencer a diferentes categorias de titulares de dados, como utentes/pacientes, crianças menores de 16 anos, titulares de responsabilidades parentais, agregado familiar, prestadores de serviços, trabalhadores ou candidatos.

Os **dados pessoais de saúde** resultam de um contexto específico, isto é, a relação terapêutica que é estabelecida entre a pessoa e o profissional de saúde, e assumem também uma finalidade particular, que versa sobre a intervenção diagnóstica, terapêutica ou paliativa.

O tratamento de dados sensíveis é realizado com base numa relação próxima e privada (interpessoal), caracterizada pelo respeito pelos princípios da confiança e da boa fé, como principais alicerces éticos e jurídicos. Assim, qualquer tratamento de dados sensíveis relativos à saúde dos utentes são recolhidos por um profissional obrigado ao dever de sigilo ou de confidencialidade, que permanecerá mesmo após o termo das suas funções e após o falecimento dos titulares dos dados: para uma maior e efetiva garantia de proteção da informação pessoal dos nossos utentes/pacientes.

A CélulaBónus recolhe os dados pessoais através de vários meios e em diversos momentos, nomeadamente quando preenche um formulário no site (www.medibrain.pt), quando nos envia um e-mail ou responde a um convite, quando entrega o seu cartão pessoal, quando subscreve as nossas informações ou eventos, quando faz uma candidatura profissional ou quando contrata os nossos serviços clínicos específicos, personalizados e adequados ao utente.

A CélulaBónus reconhece que os dados pessoais recolhidos, registados, organizados, estruturados, conservados, consultados e utilizados são objeto de um **tratamento lícito, leal, e transparente**, mediante o preenchimento de formulários, fichas pessoais, e/ou declarações negociais, ou qualquer seu anexo ou aditamento, conjugado com a apresentação e entrega dos documentos solicitados para aceitação do processo de inscrição, abertura de dossiê, celebração de contrato de prestação de serviços ou contrato de trabalho.

Em alguns casos, a CélulaBónus poderá proceder à recolha indireta dos dados pessoais, nomeadamente através de fontes públicas e prestará todas as informações relativas ao tratamento desses dados pessoais aos respetivos titulares na primeira oportunidade de comunicação, facultando-lhes uma cópia dos dados objeto do tratamento, para os titulares se autodeterminarem e controlarem a sua informação pessoal detida pela clínica médica.

3. Com que finalidades e com que fundamento jurídico a CélulaBónus trata os dados pessoais?

A CélulaBónus poderá tratar os dados pessoais para as seguintes finalidades:

- A. Para **prestação de serviços**, nomeadamente de serviços de cuidados médicos, o que pode incluir:

- Abertura de cliente/utente e dossiê de paciente;
- Inscrição/renovação do cliente/utente;
- Registo das propostas de serviços apresentadas de cuidados ou tratamentos de saúde e medicina preventiva ou do trabalho;
- Comunicações com o cliente/utente, com outras partes e/ou entidades públicas no âmbito de gestão de sistemas e serviços de saúde ou de ação social; e
- Arquivo de documentação em suporte digital e em suporte físico de diagnóstico médico e avaliação da saúde dos pacientes;
- Prescrição de receitas médicas aos pacientes;
- Comunicações de informação pessoal para o cumprimento de seguros de vida.

Os fundamentos jurídicos, neste caso, são a lei, o consentimento, a execução de contrato com um profissional de saúde, defesa de interesses vitais do titular dos dados ou de outra pessoa singular e o interesse legítimo em relação às comunicações às seguradoras do ramo vida no interesse do tomador do seguro:

- i. Legislação de prestação de serviços de saúde de carácter preventivo, diagnóstico, terapêutico ou pós-terapêutico e para efeitos de gestão destes serviços de cuidados de saúde, e cumprimento de obrigações legais para faturação ou contabilidade⁷;
- ii. Consentimento expresso (*como garantia adicional ao contrato*) dos clientes/utentes para o tratamento dos seus dados pessoais, inclusive de saúde, no âmbito de prestação de serviços de cuidados médicos;
- iii. Tratamento for necessário para a execução do contrato de prestação de serviços com um profissional de saúde: os dados pessoais são recolhidos para finalidades determinadas, explícitas e legítimas, designadamente, execução de contrato e gestão de processo de utente;
- iv. Tratamento for necessário para a defesa de interesses vitais do cliente utente (ou de outra pessoa singular, nomeadamente, algum seu familiar)⁸.

Relativamente à prestação de serviços de saúde a criança menor de 16 anos, o tratamento só é lícito se e na medida em que o consentimento seja dado ou autorizado pelos titulares das responsabilidades parentais da mesma. Contudo, caso a criança menor de 16 anos revele possuir capacidade de entender a prestação de

⁷ A. 9º, n.º 2, al. h) e 3, RGPD.

⁸ A. 9º, n.º 2, al. c) e 3, RGPD.

serviços de saúde da qual será alvo, deverá ser previamente ouvida – reconhecimento da autodeterminação informacional e reserva da vida privada do menor, que deve ser apreciado de acordo com o seu grau de maturidade.

B. Para comunicações e envio de informação (e.g., newsletters, divulgação de eventos):

Os fundamentos jurídicos são a execução do contrato e o interesse legítimo:

- i. Corresponder aos pedidos dos titulares dos dados, inclusive os pedidos dos subscritores dos formulários do website (www.medibrain.pt), e adequar a respetiva comunicação;
- ii. Reforçar a cultura de saúde humana da CélulaBónus e manter uma relação próxima com os seus clientes/utentes, designadamente, notificações sobre o encerramento da clínica em caso de situações anómalas.

C. Para gestão de eventos, o que inclui:

- Envio de convites para eventos e registo dos participantes nos eventos; e
- Divulgação interna e externa de eventos.

Os fundamentos jurídicos aplicáveis são o interesse legítimo e o consentimento⁹:

- i. Corresponder aos pedidos dos titulares dos dados, inclusive os pedidos dos subscritores dos formulários do website (www.medibrain.pt), e adequar a respetiva comunicação;
- ii. Divulgar os eventos que sejam promovidos pela CélulaBónus;
- iii. Captação e divulgação de fotografias em eventos institucionais;

⁹ O consentimento prévio do titular, quando não aplicável o interesse legítimo da CélulaBónus como condição de licitude, será pedido nos casos em que o evento seja gravado, quer no som, quer na imagem, ou caso sejam tiradas fotografias para utilização como material de comunicação, disponível em www.medibrain.pt e *redes sociais*, pois só assim poderemos criar um histórico de todas as atividades vivenciadas e o registo de imagens do desenvolvimento global da clínica: necessidade de divulgar publicamente o nosso bom trabalho no âmbito da prática médica de clínica especializada e saúde humana.

A CélulaBónus mantém fotografias dos seus clientes em eventos que eventualmente realize, e há interesse legítimo em tirar fotografias durante as atividades e divulgá-las.

As fotografias pessoais, salvaguardando-se a privacidade, o anonimato e impossibilidade/dificuldade de identificação das crianças ou outra pessoa, podem ser utilizadas e publicadas no website e plataforma digital (www.medibrain.pt), trabalhos gráficos relacionadas com a apresentação das atividades realizadas e nas redes sociais, apenas e só quando tal constituir um interesse legítimo da CélulaBónus adequado, necessário e não excessivo para atingir tal fim, **sendo disso logo informados os titulares dos dados pessoais, que se poderão opor, se prevalecerem os interesses ou direitos e liberdades fundamentais do titular dos dados que exijam a privacidade e proteção dos dados pessoais, em especial se o titular for uma criança.**

Se o(a) titular dos dados pessoais, por si ou em representação do menor, desejar retirar a imagem das diversas publicações, poderá a qualquer momento, remeter comunicação por escrito para a direção da administração da instituição, através dos seguintes canais:

- E-mail: info@medibrain.pt;
- Carta dirigida a Rua Dr. António José Sousa Pereira, n.º 411, 4480 - 807 Vila do Conde.

Se se registar para um dos nossos eventos, alguns dos seus dados pessoais poderão ser partilhados com entidades organizadoras do dito evento e/ou com outros participantes. No entanto, o titular dos dados pessoais será informado dos destinatários dessas comunicações de dados pessoais a terceiros logo que possível.

Ao disponibilizar-nos os seus contactos, a CélulaBónus poderá contactá-lo/a para efeitos de marketing relacionado com os seus serviços, desde que tenha consentido o tratamento dos seus dados pessoais para este efeito. Caso consinta, receberá comunicações de marketing através de e-mail. Poderá a qualquer momento opor-se a este tratamento de dados pessoais para comercialização direta ou retirar o consentimento dado previamente quando não seja aplicável o interesse comercial legítimo legalmente previsto na legislação que regula as comunicações eletrónicas.

D. Para **proteção de pessoas e bens**, o que inclui a recolha de imagens através de circuito de videovigilância.

O fundamento jurídico é o interesse legítimo ou o cumprimento de obrigação legal prevista na legislação laboral ou na Lei n.º 34/2013, de 16 de maio:

- i. Garantir a proteção das instalações da CélulaBónus e das pessoas que nas mesmas se encontrem. Os utentes são avisados e informados da videovigilância;
- ii. Proibida a incidência sobre o acesso e o interior das áreas de descanso ou de lazer dos trabalhadores e clientes, bem como das áreas destinadas a uso reservado pelos mesmos, designadamente, vestiários e casas de banho e áreas de diagnóstico e realização de exames médicos;
- iii. A captação de som deve ser por regra proibida, admitindo-se apenas durante o período em que os estabelecimentos, onde se instalem os sistemas de videovigilância, não estejam abertos ao público ou em funcionamento;
- iv. Definição de uma medida máxima de captação da via pública para cobrir os acessos ao imóvel e instalações da clínica privada.

E. Para **cumprimento de obrigações legais**, de forma a garantir a conformidade com os requisitos legais e de acreditação, ou quaisquer outras condições requeridas ou permitidas por Lei, nomeadamente, para com a Segurança Social, o Ministério da Saúde, a Autoridade Tributária e demais legislação laboral a que o responsável pelo tratamento esteja sujeito:

- Lei n.º 48/90, de 24 de Agosto (Lei de Bases da Saúde);
- Lei n.º 12/2005, de 26 de janeiro, alterada pela Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto (Lei de Informação Genética Pessoal e Informação de Saúde);
- DL n.º 282/77, de 05 de Julho (Estatuto da Ordem dos Médicos);
- Regulamento n.º 707/2016 (Código Deontológico da Ordem dos Médicos);
- Lei n.º 21/2014, de 16 de abril, alterada pela Lei n.º 73/2015, de 27 de julho (Lei da Investigação Clínica);
- Decreto-Lei n.º 145/2009, de 17 de junho;
- Lei n.º 125/99, de 20 de abril (Regime Jurídico das Instituições de Investigação Científica);
- Decreto-Lei n.º 97/94, de 9 de abril (Ensaio Clínicos);
- Portaria 1071/98, de 31 de dezembro (Doenças de Declaração Obrigatória);
- Lei n.º 2036, de 9/9/1949 (Lei de Bases da Luta contra as Doenças Contagiosas);

- Decreto-lei 26/94, de 1 de fevereiro (Medicina do Trabalho);
- Decreto-Lei n.º 488/99, de 17 de novembro (regime jurídico de segurança, higiene e saúde no trabalho à Administração Pública);
- Lei n.º 98/2009, de 04 de Setembro (Regime de Reparação de Acidentes de Trabalho e de Doenças Profissionais);
- Decreto-Lei n.º 329/93, de 25 de setembro (Regime de proteção na velhice e na invalidez dos beneficiários do regime geral de Segurança Social);
- Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro (Estatuto da Aposentação);
- Decreto-Lei n.º 360/97, de 17 de dezembro (Sistema de verificação de incapacidades no âmbito da Segurança Social);
- Portaria n.º 247/2000, de 8 de Maio, alterado pela Portaria n.º 157/2014, de 19 de agosto, (Regulamento arquivístico dos Hospitais e demais serviços do Ministério da Saúde);
- Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto (Regime de acesso à informação administrativa e ambiental e de reutilização dos documentos administrativos);
- Decreto-Lei n.º 127/2014, de 22 de agosto (Regime jurídico a que ficam sujeitos a abertura, a modificação e o funcionamento das unidades privadas de serviços de saúde);
- Portaria n.º 136-B/2014, de 3 de julho (Requisitos mínimos relativos à organização e funcionamento, recursos humanos e instalações técnicas para as unidades privadas que prossigam atividades no âmbito da cirurgia de ambulatório);
- Portaria n.º 287/2012, de 20 de setembro (Requisitos mínimos relativos à organização e funcionamento, recursos humanos e instalações técnicas para o exercício da atividade das clínicas e dos consultórios médicos);
- Portaria n.º 290/2012, de 24 de setembro (Unidades Privadas com Internamento);
- Portaria n.º 1212/2010, 30 de Novembro (Unidades privadas de medicina física e de reabilitação que prossigam atividades de diagnóstico, terapêutica e de reinserção familiar e sócio – profissional);
- Portaria n.º 615/2010, de 3 de Agosto (Unidades privadas que tenham por objeto a prestação de serviços médicos e de enfermagem em obstetrícia e neonatologia);
- Decreto-Lei n.º 184/2015, de 31 de agosto (Entidades de prestação de serviços na área da proteção contra radiações ionizantes, atualizando os procedimentos de licenciamento e os requisitos técnicos a cumprir pelas entidades e fixando novas regras de distribuição das taxas cobradas no âmbito do licenciamento).

F. Para **faturação e gestão contabilística**, o que inclui:

- Contabilização de despesas, controlo de custos e de reembolsos;
- Faturação e gestão de contas correntes; e
- Manutenção de arquivo de registos contabilísticos e documentação de suporte.

Os fundamentos jurídicos são a execução de contrato, o interesse legítimo, ou o cumprimento de obrigação legal¹⁰:

- i. Manter um controlo de gestão eficiente, faturar atempadamente os serviços prestados e assegurar o cumprimento das obrigações legais aplicáveis.

G. Para **cobrança e reclamações judiciais e extrajudiciais**, o que inclui e cobrança e recuperação de montantes em dívida pelos clientes, fornecedores, créditos laborais, entre outros.

O fundamento jurídico é o interesse legítimo: pelo interesse jurídico da CélulaBónus em satisfazer os seus créditos e em defender os seus direitos.

H. Para **Recrutamento e Seleção** de profissionais, o que inclui a análise de candidaturas e currículos.

Os fundamentos jurídicos são a execução de um contrato, a diligência pré-contratual a pedido do titular dos dados, cumprimento de obrigação legal (legislação laboral) e o interesse legítimo da CélulaBónus em analisar as candidaturas e submeter os candidatos a um processo interno de seleção.

I. Para **Registos de Saúde dos utentes e emissão de prescrições médicas**, acessíveis à equipa técnica e auxiliar, que abrangem crianças menores de 16 anos, e em que são **tratados dados pessoais sensíveis relativos à saúde** dos clientes/utentes, que são recolhidos por um profissional obrigado ao dever de **sigilo ou de confidencialidade**:

- Boletim de Nascimento;

¹⁰ A. 9º, n.º 2, al. h) e 3, RGPD.

- Boletim Individual de Saúde (livro da criança, caso o utente seja menor de 16 anos) devidamente atualizado;
- Boletim de Vacinas devidamente atualizado;
- NIF (para emissão da fatura);
- Cartão de Utente ou folha informativa que o substitua, do Serviço Nacional de Saúde e/ou de outro sistema que confira direito a assistência médica e identificação do médico assistente;
- Cartão de beneficiário da Instituição pública ou privada pela qual recebe assistência médica (seguro saúde), caso exista;
- Comprovativo de Residência;
- Caso o utente seja menor, a identificação do pai, mãe e dos elementos a quem a criança pode ser entregue.

Os fundamentos jurídicos são o consentimento e o cumprimento de obrigações legais para com a Segurança Social e o Ministério da Saúde, necessárias em matéria de ação e proteção social, legislação laboral para efeitos de medicina preventiva ou do trabalho e motivos de interesse público no domínio da saúde pública ou por força de um contrato com um profissional de saúde, cujo acesso é justificado pelo fim terapêutico dos cuidados médicos; em ambos os casos com garantias de respeito pela reserva da intimidade da vida privada, com garantias de não discriminação e no estrito cumprimento de medidas de segurança previstas infra, tais como, a garantia de os sistemas internos assegurarem a separação lógica entre os dados referentes à saúde dos restantes dados pessoais.

A CélulaBónus poderá facultar o acesso a informação de saúde para fins de investigação, com base em dados anonimizados, para analisar os resultados clínicos dos nossos utentes e permitir avanços na área da saúde¹¹.

A investigação clínica é essencial para o progresso da medicina, muito contribuindo para o desenvolvimento e o bem-estar das pessoas. A CélulaBónus não só observa os princípios científicos comumente aceites e o emprego das melhores técnicas disponíveis, como também o cumprimento dos mais elevados padrões éticos e o respeito pela dignidade da pessoa humana, nas suas diferentes manifestações, tomando todas as precauções no sentido do respeito da privacidade e dos direitos de personalidade dos nossos utentes.

¹¹ A. 4.º, n.º 4, Lei n.º 12/2005, de 26 de janeiro; A. 37º, n.º 4, Código Deontológico da Ordem dos Médicos.

4. Quais os prazos pelos quais conservamos os dados pessoais?

Apenas são solicitados os dados pessoais adequados, pertinentes e limitados ao que é necessário relativamente às finalidades para as quais são tratados, sendo apagados ou anonimizados os dados pessoais que deixaram de ser necessários para a finalidade que motivou a sua recolha ou tratamento.

A CélulaBónus apenas guardará os seus dados pessoais durante o período que for necessário para cumprir as finalidades definidas nesta Política ou durante o período que seja exigido por normas legais ou regulamentares aplicáveis ou execução de contrato.

Os prazos de conservação dos dados pessoais, de acordo com cada finalidade de tratamento, são os seguintes:

Finalidade do tratamento > Prazo de conservação

- **Prestação de serviços** > Duração da relação contratual com o profissional de saúde;
- **Comunicações e envio de informação** > Até que o titular dos dados manifeste a sua oposição ou retire o seu consentimento, conforme o caso concreto;
- **Gestão de eventos** > 2 anos, contados desde o contacto ou participação em evento (consoante o caso), se não houver nenhum contacto ou participação noutra evento por parte do titular dos dados;
- **Proteção de pessoas e bens** > 30 dias;
- **Cumprimento de obrigações legais em matéria de *compliance*** > 5 a 7 anos, após o momento em que a identificação do cliente se processou ou, no caso das relações de negócio, após o termo das mesmas;
- **Faturação e gestão contabilística** > 10 anos;
- **Recrutamento e seleção** > 1 ano, contado desde a entrega da candidatura ou *curriculum*, no caso do candidato não ser selecionado mas a CélulaBónus manter interesse na sua eventual futura contratação; durante o período em que se mantiver a relação profissional laboral com a CélulaBónus, nos restantes casos;
- **Processos clínicos** > 5 anos, contados a partir da data final dos processos¹²;
- **Ficheiros ou livros de registo de doentes (urgência, internamentos, ambulatório ou relativos a intervenções cirúrgicas)** > 5 anos, contados a partir da data final dos

¹² A. 1º/2, 2º e Ponto 82 do Anexo I da Portaria n.º 247/2000, de 8 de Maio.

processos, dos documentos integrados em coleção, dos registos ou da constituição dos dossiers¹³;

- **Documentação relativa a transfusão de sangue** > 50 anos, contados a partir da data final dos processos, dos documentos integrados em coleção, dos registos ou da constituição dos dossiers¹⁴;
- **Meios complementares de diagnóstico de imagem** > 5 anos, contados a partir da data final dos processos, dos documentos integrados em coleção, dos registos ou da constituição dos dossiers¹⁵;
- **Documentação de colheita de órgãos** > 20 anos, contados a partir da data final dos processos, dos documentos integrados em coleção, dos registos ou da constituição dos dossiers¹⁶;
- **Receituários do Serviço Nacional de Saúde** > 4 anos, contados a partir da data final dos processos, dos documentos integrados em coleção, dos registos ou da constituição dos dossiers¹⁷;

Os dados pessoais e os seus prazos de conservação serão atualizados sempre que necessário, sendo adotadas todas as medidas adequadas para que os dados inexatos, tendo em conta as finalidades para que são tratados, sejam apagados ou retificados sem demora, notificando-se a retificação, o apagamento ou a limitação do tratamento aos terceiros a quem os dados pessoais tenham sido comunicados para procederem também à respetiva atualização.

5. A quem é que a CélulaBónus transmite ou comunica os dados pessoais?

A CélulaBónus não transmite os seus dados pessoais a terceiros, exceto nos casos em que tal se revele necessário à prestação dos serviços que tenha contratado, ao cumprimento de obrigações legais a que esteja sujeita ou quando tenha dado o seu consentimento expresso.

A transmissão de dados a terceiros é realizada de acordo com a legislação aplicável em matéria de proteção de dados e dentro dos limites das finalidades e fundamentos jurídicos definidos nesta Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais.

¹³ A. 1º/2, 2º e Ponto 83 do Anexo I da Portaria n.º 247/2000, de 8 de Maio.

¹⁴ A. 1º/2, 2º e Ponto 84 do Anexo I da Portaria n.º 247/2000, de 8 de Maio.

¹⁵ A. 1º/2, 2º e Ponto 85 do Anexo I da Portaria n.º 247/2000, de 8 de Maio.

¹⁶ A. 1º/2, 2º e Ponto 86 do Anexo I da Portaria n.º 247/2000, de 8 de Maio.

¹⁷ A. 1º/2, 2º e Ponto 89 do Anexo I da Portaria n.º 247/2000, de 8 de Maio.

A CélulaBónus pode partilhar os dados pessoais com as seguintes entidades:

- Autoridades públicas, no âmbito do cumprimento de obrigações legais, como a Entidade Reguladora da Saúde (ERS) ou pedido de autoridade judiciária competente¹⁸;
- Fornecedores de serviços que prestem serviços à CélulaBónus no âmbito das finalidades acima descritas (entidades subcontratadas);
- Pedidos formulados para elaboração de relatório de reforma por invalidez e aposentação. A solicitação e a remessa da informação obedecerão aos seguintes pressupostos fundamentais:
 - a) A entidade requisitante, em pedido fundamentado, especifica a natureza da lesão por forma a permitir que a CélulaBónus possa enviar, toda a informação clínica necessária às finalidades (apreciação da natureza e grau de incapacidade);
 - b) A CélulaBónus, tendo em conta o pedido formulado, limitar-se-á a enviar a informação estritamente necessária a satisfazer a solicitação;
 - c) A entidade requisitante deve indicar médico à ordem de quem deve ser enviada a documentação clínica, assegurando, assim, a circulação confidencial da informação¹⁹.
- Pedidos de informação relativos a prestação de cuidados de saúde, para pagamento de faturas a serem suportado por Companhias de Seguro ou «sub-sistemas de saúde», desde que por vontade expressa do titular junto da CélulaBónus. Neste caso, seguindo de perto da Deliberação n.º 51/2001 da CNPD, a CélulaBónus:
 - a) Autoriza a comunicação dos dados estritamente necessários à facturação e cobrança dos cuidados prestados que permitam à seguradora ou aos subsistemas avaliar, com rigor, os montantes a pagar;
 - b) A comunicação deve ser feita a «profissional de saúde obrigado a sigilo ou a outra pessoa igualmente sujeita a segredo profissional», devendo as entidades (sub-sistemas ou seguradoras) indicar um profissional de saúde ao cuidado de quem são comunicados os dados.

¹⁸ Deliberação n.º 51/2001 da CNPD.

¹⁹ Deliberação n.º 51/2001 da CNPD.

A especificidade da informação de saúde obriga, por parte da CélulaBónus, a que sejam tidas em consideração cautelares particulares quanto ao contacto e conhecimento dessa informação, sobretudo por parte de terceiros.

Porque trabalham em equipa (equipa multidisciplinar) e, de modo a poder proporcionar-lhe os melhores cuidados de saúde, e sempre no interesse dos nossos utentes, os nossos profissionais de saúde poderão partilhar entre si, dentro do estritamente necessário, os seus dados pessoais.

No entanto, todos os nossos profissionais de saúde respeitam Códigos Deontológicos próprios das classes profissionais a que pertencem, os quais são muito precisos no que toca ao sigilo, sem esquecer o respeito pela confiança em ver respeitada a sua privacidade, por todos aqueles que com a CélulaBónus contactam.

O dever de sigilo abrange todos os factos que tenham chegado ao conhecimento dos nossos profissionais de saúde no exercício da sua atividade, ou por causa dela, quando revelados pelo utente ou por terceiro a seu pedido, quando o profissional de saúde deles se tenha apercebido ou lhe tenham sido comunicados por outro médico²⁰: dever de sigilo que permanecerá mesmo após o falecimento do titular dos dados.

Tais princípios de confiança e confidencialidade, quanto aos tratamentos de dados pessoais desenvolvidos, são extensíveis a todos os órgãos sociais, funcionários, prestadores de serviços subcontratados e terceiros, legal e contratualmente envolvidos no processamento de informação pessoal, mesmo após o termo das suas funções. A CélulaBónus procura sempre reforçar a educação deontológica de todos os seus colaboradores.

Todavia, dentro dos limites legais, o dever de sigilo ou de confidencialidade poderá ser sacrificado, excecionalmente, caso esteja em causa situações de risco eminente para a saúde ou para a vida de outrém, ou outros valores/razões superiores àqueles²¹.

Se procurar serviços de um prestador de cuidados de saúde que não faz parte da CélulaBónus, poderemos partilhar informações com a equipa de profissionais de saúde do prestador por si escolhido, com a salvaguarda da confidencialidade dos dados e dentro dos limites legais, garantindo desse modo a continuidade e a qualidade do seu atendimento²².

²⁰ Deliberação n.º 51/2001 da CNPD. Parecer da Procuradoria-Geral da República de 12 de março de 1992, in DR II.ª S. de 16/3/95.

²¹ Pareceres da Procuradoria-Geral da República n.º 11/83 e 49/91 e Ac. do Tribunal Constitucional de 7 de maio de 1997.

²² Deliberação n.º 51/2001 da CNPD.

Os **destinatários ou categorias de destinatários dos seus dados pessoais** são os profissionais de saúde que integram a CélulaBónus, os serviços administrativos, as Companhias de Seguros, facebook e a plataforma web e digital (www.medibrain.pt), a Segurança Social, o Ministério da Saúde e a Autoridade Tributária, por exemplo, de acordo com o princípio de necessidade de conhecimento ou de divulgação proporcional.

Nos casos em que a transmissão de dados pessoais para as entidades acima referidas envolva uma transferência internacional dos dados pessoais (i.e., para fora da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu), a CélulaBónus:

- i. realizará essa transferência com base em decisão de adequação da Comissão, nos termos da qual o país ou organização internacional em causa garante um nível de proteção de dados pessoais equivalente ao decorrente da legislação da União Europeia; ou,
- ii. caso não exista decisão de adequação da Comissão, assegurará que essas transferências de dados se realizam no estrito cumprimento das disposições legais e que são implementadas garantias adequadas para assegurar a proteção dos dados pessoais; e,
- iii. informará o titular dos dados pessoais dos respetivos e efetivos **destinatários** (pessoa singular ou coletiva, autoridade pública, agência, ou outro organismo) que recebem comunicações de dados pessoais e quais as informações pessoais disponibilizadas.

6. Os dados pessoais estão seguros?

A CélulaBónus tem uma **política de segurança do tratamento de dados pessoais** muito rigorosa, do ponto de vista técnico e organizacional, de forma a proteger os dados pessoais contra a destruição, a perda, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizado e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito ou abusivo, cujos objetivos em concreto são:

- a) Impedir o acesso de pessoa não autorizada às instalações utilizadas para o tratamento desses dados (**controlo da entrada nas instalações**);
- b) Impedir que suportes de dados possam ser lidos, copiados, alterados ou retirados por pessoa não autorizada (**controlo dos suportes de dados**);
- c) Impedir a introdução não autorizada, bem como a tomada de conhecimento, a alteração ou a eliminação não autorizadas de dados pessoais inseridos (**controlo da inserção**);
- d) Impedir que sistemas de tratamento automatizados de dados possam ser utilizados por pessoas não autorizadas através de instalações de transmissão de dados (**controlo da utilização**);

e) Garantir que as pessoas autorizadas só possam ter acesso aos dados abrangidos pela autorização (**controlo de acesso**);

f) Garantir a verificação das entidades a quem possam ser transmitidos os dados pessoais através das instalações de transmissão de dados (**controlo da transmissão**);

g) Garantir que possa verificar-se a posteriori, em prazo adequado à natureza do tratamento, a fixar na regulamentação aplicável a cada sector, quais os dados pessoais introduzidos quando e por quem (**controlo da introdução**);

h) Impedir que, na transmissão de dados pessoais, bem como no transporte do seu suporte, os dados possam ser lidos, copiados, alterados ou eliminados de forma não autorizada (**controlo do transporte**).

Para o efeito, utiliza sistemas de segurança, regras e outros procedimentos, de modo a *garantir a proteção, a integridade e a confidencialidade dos dados pessoais*, tendo em conta as técnicas mais avançadas, e aplica as *medidas processuais e organizativas* necessárias para assegurar um nível de segurança proporcional ao risco, *consoante o que for adequado aos custos de aplicação* e à natureza, ao âmbito, ao contexto e às finalidades do tratamento, bem como aos riscos de probabilidade e gravidade variável para os direitos e liberdades das pessoas singulares, de acordo com um *código de conduta* analogicamente inspirado:

- na Política geral de segurança da informação da Assembleia da República (Resolução da Assembleia da República n.º 123/2018); e
- na Definição de orientações técnicas para a Administração Pública em matéria de arquitetura de segurança das redes e sistemas de informação relativos a dados pessoais (Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2018).

Os dados pessoais são tratados de acordo com a implementação de medidas de segurança (físicas e/ou lógicas) adequadas e necessárias que minimizem/eliminem potenciais "ataques" ou acessos indevidos aos dados pessoais, nomeadamente, política de permissões de acesso aos dados, procedimentos de registos e auditoria, procedimento para portabilidade dos dados, procedimento para avaliação de impacto, política de acessos remotos, pseudonimização, encriptação, cifragem da transmissão e circulação em rede, firewalls e sistemas de backup.

Relativamente ao **dados pessoais de saúde**, quer estejam contidos em sistema informatizado, quer em suporte físico, a CélulaBónus garante uma separação lógica entre os dados referentes à saúde e os restantes dados pessoais, de natureza administrativa.

Nesse sentido, o sistema informatizado está estruturado de modo a permitir o acesso à informação de acordo com os diferentes perfis de utilizador, com níveis de acesso diferenciados

e privilégios de manuseamento da informação distintos, devendo as sessões ter um tempo limite de inatividade razoável.

Os perfis de utilizador serão mantidos atualizados e eliminados quando o utilizador deixe de ter privilégios de acesso. Sendo, ainda, atribuídas palavras-passe que disciplinem as autorizações de acesso e mantendo um registo de acesso à informação sensível.

São adotadas medidas organizacionais que garantam um nível de segurança idêntico, impedindo o acesso e o manuseamento indevidos, relativamente aos dados de saúde contidos em suporte de papel.

O **processo clínico** só pode ser consultado por médico incumbido da realização de prestações de saúde a favor da pessoa a que respeita ou, sob a supervisão daquele, por outro profissional de saúde obrigado a sigilo e na medida do estritamente necessário à realização das mesmas: necessidade de justificação por parte do profissional de qualquer acesso aos dados pessoais de utente cujo processo clínico esteja sob a direção de outro profissional de saúde, e na medida do estritamente necessário ao fim que o justifica.

Quando a recolha de dados pessoais de saúde não for efetuada diretamente por um profissional de saúde, a CélulaBónus tomará as medidas concretas quanto à circulação dessa informação, que impeçam a visualização dos dados por pessoa não autorizada, designadamente mediante a entrega em mão do profissional de saúde ou a entrega nos serviços, em envelope fechado, endereçado ao profissional de saúde²³.

As medidas técnicas e organizativas de segurança criadas e implementadas pela CélulaBónus são igualmente exigidas aos seus **prestadores de serviços subcontratados** que possam tratar dados pessoais por sua conta.

Os **subcontratados**, isto é, **uma pessoa singular ou coletiva, agência ou outro organismo que trate os dados pessoais por conta da CélulaBónus (que é sempre quem define as finalidades e os meios de tratamento dos dados pessoais)**, conhecem as obrigações decorrentes do RGPD e são *escolhidos, instruídos e vigiados ou fiscalizados*, no âmbito de uma relação contratual, pela CélulaBónus de acordo com os supra referidos princípios relativos ao tratamento de dados pessoais e a transparência das informações, das comunicações e da metodologia para o exercício dos direitos dos titulares dos dados abaixo mencionada.

A CélulaBónus tem como **subcontratados**:

²³ Deliberação n.º 1704/2015 da CNPD; Deliberação n.º 219/2009 da CNPD; Grupo de Trabalho de Proteção de Dados do artigo 29.º, Documento de trabalho sobre o tratamento de dados pessoais ligados à saúde em registos de saúde eletrónicos, adotado em 15 de fevereiro de 2007; A. 4.º Lei n.º 12/2005, de 26 de janeiro; A. 37.º Código Deontológico da Ordem dos Médicos.

- Dias & Guerra Lda, Sociedade por Quotas, sede na R. da Amieira, 96, Gueifães, 4470 - 012 Maia;
- Netmeios Lda, Sociedade por Qutoas, sede na Estrada Nacional 107, N 3771 4455 - 495 Perafita;

A CélulaBónus tem como **terceiros e destinatários** que recebem comunicações de dados pessoais:

- AGEAS Seguros, mediação de seguros unipessoal, Lda., Praça Luís de Camões, n.º. 36, 4480 - 719 Vila do Conde.

No entanto, a transmissão de informação através de Internet não é completamente segura, e não podemos garantir absolutamente a segurança da informação transmitida através do nosso website. É, no entanto, da responsabilidade dos titulares dos dados, garantir e assegurar que os dispositivos e equipamentos utilizados para aceder ao website se encontram adequadamente protegidos contra softwares nocivos, vírus informáticos e worms.

Os links constantes do website (www.medibrain.pt) da CélulaBónus podem conduzir a outros websites. A CélulaBónus não se responsabiliza, aprova ou por qualquer forma apoia ou subscreve o conteúdo desses sites, nem dos sites com eles ligados ou neles referidos.

Respeitamos também a confidencialidade da sua informação. Como tal, não vendemos, distribuímos ou de qualquer outro modo disponibilizamos comercialmente a sua informação a qualquer terceiro. A CélulaBónus assume o compromisso de manter a sua informação confidencial de acordo com esta Política de Privacidade e legislação aplicável.

Destaca-se, em particular, pela importância, a necessidade de definir uma política de permissões, que ofereça garantias de que apenas acedem aos dados pessoais os controladores e utilizadores que efetivamente necessitem de o fazer: todos os órgãos sociais, funcionários, prestadores de serviços subcontratados e terceiros, legal e contratualmente envolvidos no processamento de informação pessoal, estão obrigados a um dever de sigilo profissional ou de confidencialidade quanto aos tratamentos de dados pessoais desenvolvidos.

7. Que direitos tem enquanto titular dos dados pessoais?

Enquanto titular dos dados pessoais, goza dos seguintes direitos:

- **Direito de informação e de acesso**

A qualquer momento, poderá solicitar a confirmação sobre se a CélulaBónus trata os seus dados pessoais. Poderá aceder livremente ao registo da sua informação de saúde, assim como pode autorizar outra pessoa a que o faça por si²⁴, salvo circunstâncias excepcionais devidamente justificadas e em que seja inequivocamente demonstrado que isso lhe possa ser prejudicial. Poderá solicitar a intervenção de um médico, sendo que essa intermediação será sempre obrigatória quando se verifique a impossibilidade de apuramento da vontade do titular quanto ao acesso²⁵.

Poderá ainda obter cópia dos dados pessoais sujeitos a tratamento.

O acesso aos dados pessoais de saúde de titulares já falecidos, pelas Companhias de Seguros e pelos familiares desses titulares, para efeito de pagamento/recebimento de indemnizações em virtude da morte dos titulares segurados, apenas pode decorrer com o consentimento expreso do titular, sendo o acesso limitado à origem, causas e evolução da doença ou acidente de que resultou a morte do titular²⁶.

Só em casos concretos em que haja direitos e interesses ponderosos, **podem os familiares aceder aos dados pessoais de saúde dos titulares falecidos**, tais como: o exercício de direitos por via da responsabilização civil e/ou disciplinar ou penal dos prestadores de cuidados de saúde, e exclusivamente com esta finalidade; ou em situações em que o profissional de saúde do familiar requerente pretende relacionar a doença do titular falecido com a sintomatologia apresentada pelo interessado²⁷. Todavia, a informação sobre pessoas falecidas deixará de ser livremente utilizada se afetar pessoas vivas, como será o caso de informação médica ou genética hereditária, i.e., que respeite, igualmente, aos descendentes vivos do de *cujus*.

- **Direito à retificação**

Caso os seus dados pessoais estejam incorretos ou incompletos, pode solicitar que os mesmos sejam retificados ou completados, notificando-se a retificação aos terceiros a quem os dados pessoais tenham sido comunicados para procederem também à respectiva atualização.

- **Direito ao apagamento**

²⁴ Os Advogados só poderão ter acesso aos dados de saúde do seu cliente quando estejam munidos de procuração com «poderes especiais» para o efeito. Cf. Deliberação n.º 51/2001 da CNPD.

²⁵ A. 3.º, n.º 3 e 4, Lei n.º 12/2005, de 26 de janeiro; A. 7.º, Lei 26/2016, de 22 de agosto.

²⁶ O consentimento para o acesso dos dados pessoais deve estar definido autonomamente das restantes cláusulas contratuais do contrato de seguro, mormente quando estas são pré-definidas pelas Companhias de Seguro. Cf. Deliberação n.º 72/2006 da CNPD.

²⁷ Deliberação n.º 51/2001 e Deliberação n.º 72/2006 da CNPD.

Em determinadas situações, tem o direito de solicitar o apagamento dos seus dados pessoais, notificando-se o apagamento aos terceiros a quem os dados pessoais tenham sido comunicados para procederem também à respectiva eliminação da informação pessoal.

Este direito pode ser limitado em certas situações como, por exemplo, quando o tratamento dos dados for necessário ao cumprimento de obrigações legais a que a CélulaBónus esteja sujeita, ou quando esse tratamento for necessário para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito num processo judicial.

- **Direito à limitação do tratamento**

Em certas situações, pode solicitar à CélulaBónus que limite o acesso a dados pessoais ou que suspenda as atividades de tratamento. Tal sucederá, por exemplo, nos casos em que conteste a exatidão dos seus dados pessoais, durante um período de tempo que permita à CélulaBónus verificar a sua exatidão, ou nos casos em que tiver apresentado oposição ao tratamento, até que se verifique se os interesses legítimos da CélulaBónus ou de terceiro prevalecem sobre os seus, notificando-se a limitação do tratamento aos terceiros a quem os dados pessoais tenham sido comunicados para procederem também ao respectivo bloqueio.

Alertamos, contudo, que tal limitação pode afetar a nossa capacidade de prestar os cuidados de saúde que nos solicita.

- **Direito à portabilidade dos dados**

Nos casos em que o tratamento dos dados pessoais, realizado por meios automatizados, se basear num contrato em que seja parte ou no seu consentimento, pode solicitar à CélulaBónus que lhe entregue os dados pessoais²⁸ que tenha fornecido num formato estruturado, de uso corrente e de leitura automática. Pode ainda pedir à CélulaBónus, desde que tal seja tecnicamente possível, que transmita esses dados a outros responsáveis pelo tratamento.

- **Direito de oposição**

Quando o tratamento dos dados tenha por base o interesse legítimo da CélulaBónus ou quando o mesmo for realizado para fins diversos daqueles para os quais os dados foram recolhidos, mas que sejam compatíveis com os mesmos, tem o direito de se opor ao tratamento dos seus dados pessoais, por motivos relacionados com a sua situação particular.

²⁸ Os dados pessoais e/ou sensíveis fornecidos, e os dados derivados da atividade médica, como por exemplo, observações clínicas pessoais do profissional de saúde que não contenham informação pessoal não são a mesma coisa e, conseqüentemente, não estão abrangidos por este direito de portabilidade.

A CélulaBónus deixará, nesses casos, de tratar os seus dados pessoais, a não ser que tenha razões legítimas para realizar esse tratamento e que estas razões prevaleçam sobre os direitos, liberdades e garantias do titular dos dados pessoais.

Quando a CélulaBónus tiver intenção de proceder ao **tratamento posterior** dos dados pessoais para uma finalidade que não seja aquela para a qual os dados tenham sido recolhidos, antes desse outro tratamento e de efetuar o teste de **compatibilidade**, o responsável fornece ao titular dos dados informações pertinentes sobre essa outra finalidade.

- **Direito de não ficar sujeito a decisões individuais automatizadas, incluindo a definição de perfis**

A CélulaBónus não adota decisões individuais automatizadas que produzam efeitos na sua esfera jurídica ou que o afetem significativamente de forma similar. *A CélulaBónus poderá, como forma de garantir a prestação de serviços de excelência, recorrer a sistemas de apoio à decisão clínica, mas nunca a sistemas de decisão clínica.*

- **Direito a retirar o consentimento**

Nos casos em que o tratamento dos dados seja realizado com base no seu consentimento, poderá retirar o consentimento a qualquer momento e sem consequências negativas. Caso retire o seu consentimento, os seus dados pessoais deixarão de ser tratados, exceto se existir outro fundamento jurídico que permita esse tratamento. No entanto, esse direito não compromete a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento previamente dado, nem o tratamento posterior dos mesmos dados, baseado noutra base legal, como é o caso do cumprimento do contrato ou de obrigação legal a que a CélulaBónus esteja sujeita.

- **Direito de apresentar reclamações junto da autoridade de controlo**

Sem prejuízo de qualquer outra via de recurso administrativo ou judicial, o titular dos dados tem o direito de apresentar reclamações junto da autoridade de controlo competente, relativamente a matérias relacionadas com o tratamento dos seus dados pessoais. Em Portugal, a autoridade de controlo competente é a Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD): Av. D. Carlos I, 134 - 1.º, 1200-651 Lisboa | Tel: +351 213928400 | Fax: +351 213976832 | e-mail: geral@cnpd.pt. Para mais informações, aceda a www.cnpd.pt.

- **Direito ao conhecimento da ocorrência de uma violação da integridade e confidencialidade dos seus dados pessoais:** definição de procedimentos técnicos e organizativos de deteção de vulnerabilidades e de notificação eficaz ao titular, sem demora injustificada, em caso de falhas críticas que possam resultar em acessos indevidos.

A CélulaBónus alerta para o facto de o exercício dos direitos acima indicados poder ser limitado em virtude da existência de direitos, liberdades e de interesses legítimos prevalecentes da CélulaBónus ou de terceiros, de obrigações legais ou de confidencialidade.

8. Como pode exercer os seus direitos? Como nos pode contactar?

Se tiver algum dúvida ou precisar de mais alguma informação relativamente ao tratamento dos dados pessoais ou aos direitos de que goza enquanto titular dos dados, contacte-nos através dos seguintes canais:

- E-mail: info@medibrain.pt;
- Carta dirigida a: **Rua Dr. António José Sousa Pereira, n.º 411, 4480 - 807 Vila do Conde.**

Os pedidos serão tratados com especial cuidado de forma a que possa assegurar a eficácia dos direitos dos titulares.

Poderá ser pedido que se faça prova da identidade de modo a assegurar que a partilha dos dados pessoais é apenas feita com o seu titular ou pessoa da sua confiança a tal expressamente autorizada.

O exercício dos seus direitos é gratuito.

Deve ter presente que, em certos casos (por exemplo, devido a requisitos legais), o seu pedido não poderá ser imediatamente satisfeito.

De qualquer modo, será informado das medidas tomadas nesse sentido, no prazo de um mês, a partir do momento em que o pedido for efetuado.

Se os pedidos apresentados pelo titular dos dados, por si ou em representação do menor, forem manifestamente infundados ou excessivos, nomeadamente, devido ao seu carácter repetitivo dentro de uma periodicidade irrazoável, a CélulaBónus pode exigir o pagamento de uma taxa proporcional, tendo em conta os custos administrativos do fornecimento das informações ou da comunicação, ou da tomada das medidas solicitadas, ou recusar-se a dar seguimento ao pedido do titular dos dados pessoais ou a outra pessoa por aquele autorizada.

9. Como pode ficar atualizado quanto à política de tratamento dos dados pessoais?

A CélulaBónus poderá vir a atualizar ou a proceder a reajustamentos à presente Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, sendo essas atualizações devidamente publicitadas (e informadas aos titulares dos dados pessoais, concretamente, interessados).